QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS PARA O ESTUDO DO CONCEITO DE MEMÓRIA INDÍGENA NO SÉCULO XXI A PARTIR DE UMA ANÁLISE DO CAMPO POLÍTICO

Thamires Pessanha **Angelo**– UNIRIO – ppgms.coordenacao@unirio.br
Instituição financiadora: Capes.

O presente artigo foi desenvolvido enquanto uma pesquisa de caráter exploratório no sentido de expressar dados e reflexões já coletados acerca do assunto . O objeto em questão está em pesnar a respeito de uma "nova" memória indígena, pós anos 2000 onde o campo do embate político entre indígenas e Estado torna-se o foco da nossa observação.

Na construção do trabalho, metodologicamente, optou-se pela análise do discurso visando estabelecer uma discussão teórica entre memória e identidade. Enquanto método de investigação qualitativa, a pesquisa também adototou a observação participante durante eventos e palestras públicas realizadas por diferentes etnias indígenas.

A partir de fontes secundárias, consideramos também como dados de análises as narrativas de diferentes grupos indígenas que falam sobre memória e sua relação com a terra descritas no livro: *Memórias do Movimento Indígena do Nordeste no* ano de (2015) por exemplo, visamos discutir como na contemporaneidade podemos pensar os registros de uma "nova" memória indígena.

A fim de evidenciarmos melhor a categoria de "indígena" e "povos indígenas", partimos da definição de um primeiro pressuposto: a não generalização do índio uma vez que cada etnia seja ela Xavante, Tupinambá, Tikuna, Pataxó, entre outras tem suas particularidades evidenciando os laços de memórias das relações étnicas-raciais. O segundo pressuposto está em afirmar que os povos indígenas não devem ser considerados possuidores de culturas "atrasadas" ou "congeladas" no tempo. Esses são povos que fazem parte, tanto do passado histórico do Brasil, quanto do presente (BESSA 2002).

De acordo com o antropólogo Gersem dos Santos Luciano (2006) e através da definição técnica, das Nações Unidas, de 1986, entende-se também que, na contemporaneidade, a palavra "índio" está relacionado aos diferentes grupos e povos oriundos do continente americano que já povoavam essas terras há anos, muito antes dos colonizadores.

No Brasil, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, há 896,9 mil indígenas, advindo de 305 etnias, que pronunciam 274 idiomas distintos entre eles. Nesse sentido, esse artigo entende indígenas enquanto povos distintos entre si, que buscam manter algumas de suas tradições, sendo que essas tradições e culturas também são passíveis de mudanças como qualquer outra cultura (BESSA, 2002).

É fundamental a construção desse entendimento sobre esses povos para rompermos com uma mentalidade etnocêntrica, que permeia a sociedade brasileira, e trata os indígenas de forma genérica, colocando todos os diferentes grupos étnicos em um mesmo conjunto de organização social.

Não é correto pensar a história e memória dos povos indígenas como algo único, caso contrário cairemos em um pensamento da corrente do evolucionismo cultural (CASTRO, 2005). Entretanto, foi a partir de investigações de caráter exploratórios em notícias midiáticas relacionadas aos povos indígenas, que observou-se dentro do campo do embate político, diferentes etnias utilizando o conceito de memória como argumento para reivindicar os seus direitos à terra (lugar de origem). O artigo apresenta que, atualmente, diversos povos de etnias distintas encontram no conceito de memória um denominador comum para o discurso em defesa dos seus territórios.

Nesse sentido, que voga essa discussão, buscando entender como na atualidade esse conceito de memória vem sendo usado por povos indígenas enquanto um instrumento de luta. Cunha (1992) já chamava atenção para a indispensabilidade da memória indígena para o conhecimento e manutenção da história dos povos originários. Todavia, no presente tem se observado que a palavra memória tem aparecido com frequência nos discursos dos indígenas, sobretudo não apenas pelo conhecimento e manutenção de suas histórias e tradições, mas a palavra memória agora parece estar vinculada a um sinônimo de força na luta pela garantia dos seus direitos. Assim sendo, neste novo século tem se observado a possibilidade de povos tão distintos entre si, se unificarem no campo do discurso político, a fim de reafirmarem seus direitos enquanto sociedades originárias do Brasil, portanto, o termo memória indígena passa a ganhar um novo significado dentro do campo político nessa nova era.

Para efeito desta análise, torna-se importante ressaltar que estamos falando dessas sociedades que têm uma relação muito íntima com o passado e a terra. Sujeitos compostos por diferentes marcas identitárias, mas que politicamente tem se posicionado em um bloco comum de lutas. Ou seja, através dessas observações entra em curso uma nova opção de compreensão do que tem sido essa memória indígena no contexto político brasileiro nas primeiras décadas dos anos 2000. Tendo em vista essas questões esse trabalho de maneira transdisciplinar busca uma discussão teórica sobre como essa memória indígena tem se apresentado nesse novo século. Para fundamentar nossa discussão usaremos argumentos e teorias de Maurice Halbwachs, Silva Tomaz Tadeu, Stuart Hall, Joel Candau, Manuela Carneiro da Cunha e Darcy Ribeiro.

A partir dessas colocações esse artigo será dividido em dois momentos. Na primeira parte apresentaremos um breve panorama da história indígena brasileira, tendo como recorte o período colonial, a partir de Cunha (1992) e Ribeiro (1995). No segundo momento será apresentado cinco narrativas de povos indígenas diferentes, realizadas em 2015, seguida do método de análise do discurso, para compreensão dessa relação entre povos indígenas e memória. Na última seção, explicaremos como essa memória indígena, pós século XX, vem propiciando uma marca identitária unificadora dentro do campo das lutas políticas.

Palavras-chave: Político – Indígena - Memória – Identidade – Transdisciplinaridade

Contato: Thamires PessanhaAngelo. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – thamiresange@gmail.com